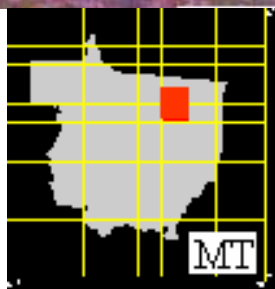


**RELATO SOBRE MUDANÇA CULTURAL EM
COMUNIDADES DO PARQUE INDÍGENA DO
XINGU**



República Federativa do Brasil

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Roberto Rodrigues
Ministro

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Conselho de Administração

José Amauri Dimázio
Presidente

Clayton Campanhola
Vice-Presidente

Alexandre Kalil Pires
Dietrich Gerhard Quast
Sérgio Fausto
Urbano Campos Ribeiral
Membros

Diretoria-Executiva da Embrapa

Clayton Campanhola
Diretor-Presidente

Gustavo Kauark Chianca
Herbert Cavalcante de Lima
Mariza Marilena T. Luz Barbosa
Diretores-Executivos

Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia

Luiz Antonio Barreto de Castro
Chefe -Geral

Clra de Oliveira Goedert
Chefe-Adjunto de Pesquisa e Desenvolvimento

José Manuel Cabral de Sousa Dias
Chefe-adjunto de Comunicação e Negócios

Arthur da Silva Mariante
Chefe-Adjunto de Administração

**Boletim de Pesquisa
e Desenvolvimento 50**

**RELATO SOBRE MUDANÇA CULTURAL EM
COMUNIDADES DO PARQUE INDÍGENA DO
XINGU**

**Fábio de Oliveira Freitas
Joana Zelma Figueredo Freitas**

Brasília, DF

2003

Exemplares desta publicação podem ser adquiridos na:

Embrapa - Recursos Genéticos e Biotecnologia

Serviço de Atendimento ao Cidadão

Parque Estação Biológica, Av. W5 Norte (Final) - Brasília, DF

CEP 70770-900 - Caixa Postal 02372

PABX: (61) 448-4600

Fax: (61) 340-3624

<http://www.cenargen.embrapa.br>

e.mail:sac@cenargen.embrapa.br

Comitê de Publicações da Unidade

Presidente: José Manuel Cabral de Sousa Dias

Secretária-Executiva: Maria José de Oliveira Duarte

Membros: Maurício Machaim Franco

Regina Maria Dechechi G. Carneiro

Maria Alice Bianchi

Sueli Correa Marques de Mello

Vera Tavares Campos Carneiro

Suplentes: Arthur da Silva Mariante

Maria Fátima Batista

Supervisor Editorial: Maria José de Oliveira Duarte

Normalização Bibliográfica: Maria Alice Bianchi

Tratamento de Ilustrações: Altevir de Carvalho Freitas

Editoração Eletrônica: Altevir de Carvalho Freitas

1ª edição

1ª impressão (2003): tiragem 150

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610).

Sumário

Introdução – breve histórico	6
Dados Estatísticos	7
Comparação entre 1985 e hoje	10
Considerações Finais	15
Referências Bibliográficas	16

Introdução – breve histórico

O Parque Indígena do Xingu, situado na região Norte-Nordeste do estado do Mato Grosso, foi oficialmente criado no dia 14 de abril de 1961, através do Decreto 50.455, durante o efêmero governo do então presidente Jânio Quadros, após mais de 10 anos de trabalho intenso envolvendo os irmãos Villas Boas, Marechal Rondon, Darcy Ribeiro, Noel Nutels, Café Filho entre outros (Vilas Boas & Vilas Boas, 1976, 1994; Ferreira, 1994).

A proposta original era de que o Parque tivesse uma área de 200.000 km², mas devido principalmente a pressões do governo estadual e de proprietários de terra, nasceu com apenas 21.600 km². Posteriormente, em 1968 e novamente mais recentemente, teve sua área ampliada, possuindo atualmente ao redor de 30.000 km².

Em termos históricos, a região foi primeiramente visitada e documentada em 1884, por Karl von den Steinen, descrevendo diversas das tribos que viviam na área e que ainda hoje habitam a região, como os Kamaiurás, Suiás, Yawalapitís, entre outros, determinando sua localização geográfica e alguns dos seus costumes (Steinen, 1942).

Em termos florísticos, o Parque se encontra em uma zona de transição entre os biomas Cerrado, mais ao sul e a Floresta Amazônica, mais ao norte. É dentro do Parque que os rios Kaluene, Ronuro e Batoví se encontram para formar o rio Xingu, cujo destino final é o rio Amazonas mais ao norte. Outros importantes rios desta bacia e que cortam o parque são o Suiá-Missu, Maritsauá-Misú, Jarina, Tatuari, entre outros (Novaes, 1985).

Atualmente no Parque vivem mais de 4.000 índios, pertencentes a 14 etnias distintas (ver tabela 1 para maiores detalhes), algumas delas já moradoras no local desde antes da criação oficial, como os Yawalapiti e Kamaiurás, sendo que outras etnias foram remanejadas de sua terra natal, principalmente por conflitos de terra com fazendeiros e agora habitam o parque, como é o caso dos Caiabís. Existe ainda exemplo de tribos que foram trazidas para o Parque, mas depois de um tempo retornaram à sua terra natal, como os Kranhacârore ou Panará (Novaes, 1985).

Há notícias da existência de etnias ainda não contatadas e que moram dentro do Parque, identificadas possivelmente como os Agavotoguenro, Yarúma ou Auiaku e Maritsauá. A política atual em relação a estes últimos índios é deixá-los isolados, evitando os problemas acarretados pelo contato com nossa sociedade (Vilas Boas & Vilas Boas, 1976, 1994).

Tabela 1. Relação das tribos moradoras do Parque Indígena do Xingu e seus respectivos troncos lingüísticos, segundo Melatti (1998).

Tronco Linguístico	Etínias
Karibe	Kalapalo, Kuikuro, Matipu, Nahukua, Txikão
Aruak	Yawalapití, Waurá, Menhiaku
Tupi	Aweití. Kamayurás, Kayabís
Jê	Suyá
Isolada	Trumai
Isolada (próxima ao Tupi)	Juruna

Índios isolados até meados do século XX, vivendo de acordo com seus costumes, começaram a sofrer gradativa influencia cultural de nossa sociedade, principalmente a partir de meados da década de 80, aumentando ainda mais na década posterior.

Neste trabalho tentaremos apresentar dados e relatos existentes na literatura e de nossa própria experiência, durante os 19 anos de trabalho junto aquelas comunidades, sobre algumas das mudanças culturais mais notadas ocorridas nestas duas últimas décadas. Note que este trabalho não tem o objetivo de se aprofundar na questão antropológica que o contato entre a sociedade da cidade e a do índio acarreta, mas sim o de trazer um relato/ depoimento das mudanças que pudemos vivenciar e observar, com o intuito de contribuir para registrar uma fase da dinâmica evolutiva-cultural daquelas sociedades.

Dados Estatísticos

Baseado primeiramente em dados estatísticos do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE podemos ver como, em apenas alguns anos, ocorreu uma mudança significativa de ocupação da região em torno do parque indígena do Xingu.

Na tabela 2, a seguir, são mostrados alguns dados sobre a população do Brasil (número de habitantes) e do estado do Mato Grosso, segundo fonte do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Ano Local	1950	1960	1970	1980	2000	Aumento entre 1950 e 2000
Brasil	51.944.397	70.992.343	94.508.583	121.150.573	169.799.170	3,27
Mato Grosso	212.649	330.610	612.887	1.169.812	2.504.353	11,78
% relativa	0,41	0,47	0,65	0,97	1,47	

Fonte: Anuários Estatísticos do IBGE

Segundo os dados estatísticos de crescimento da população brasileira, podemos ver que, na década de 1950, a população do estado do Mato Grosso representava 0,41% da população brasileira e foi crescendo constantemente nas décadas seguintes, até chegar a 1,5% no ano 2000.

Este crescimento fica ainda mais evidente quando concentramos apenas no aumento absoluto da população de Mato Grosso e do Brasil. Enquanto a primeira passou de 212.649 habitantes, em 1950, para 2.504.353, no ano 2000, representando um aumento de 11,8 vezes, a população brasileira aumentou apenas 3,27 vezes no mesmo período, caracterizando um enorme afluxo, migração, de pessoas de outras regiões do país (principalmente da região Sul) para aquele estado, acarretando uma competição natural por recursos naturais e terras.

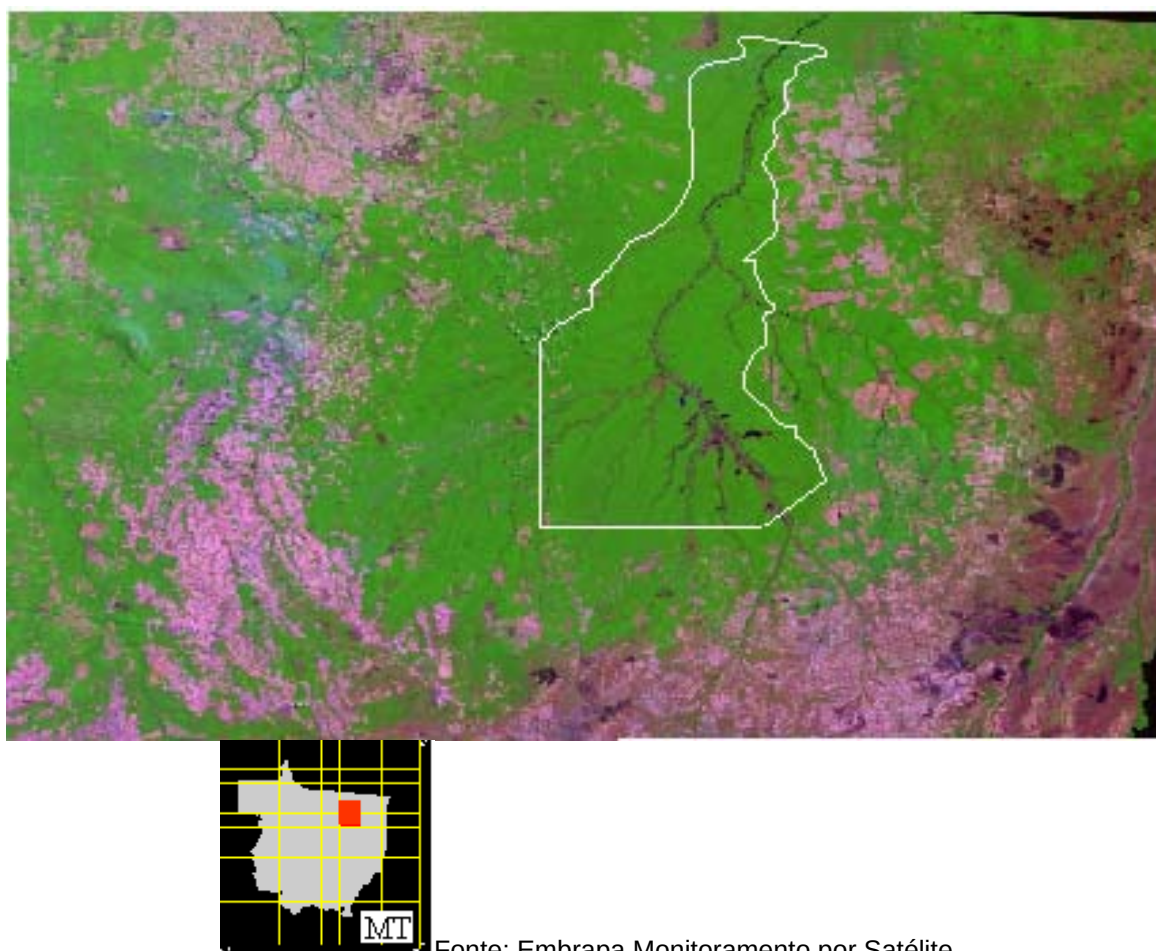
Atualmente, nas cidades circunvizinhas ao parque, como Canarana, São José do Xingu, Gaúcha do Norte, Marcelândia, entre outras, vivem aproximadamente 60 mil pessoas, ou seja, mais de 15 vezes a população de índios do parque.

Os dados apresentados tem por objetivo mostrar como o até recente isolamento geográfico dos índios habitantes do parque rapidamente diminuiu. Um número cada vez maior de pessoas foi migrando para áreas cada vez mais perto dos limites do parque e hoje, ao sobrevoarmos a região, pode-se notar claramente, em algumas partes externas limítrofes do parque, exatamente onde termina a área deste e onde começa a de

fazendas, pois estas últimas são caracterizadas por desmatamento da vegetação nativa para dar lugar a pastagens. Este fato contrasta em muito de quando começamos nosso trabalho no parque, em meados da década de 80, pois sobrevoávamos praticamente apenas áreas de vegetação nativa, sem perceber onde eram as linhas limítrofes do parque.

A foto aérea a seguir mostra como a região do entorno do parque vem sendo gradativamente ocupada por cidades e fazendas. A linha branca delinea os limites do Parque Indígena do Xingu. O arco rosado que envolve o parque são o desmatamento e fazendas. A parte verde mais uniforme, que ocorrer dentro do parque e na parte oeste aos limites do parque, ainda são regiões de mata preservada. No detalhe mapa do estado do Mato Grosso indicando a região mostrada na foto aérea.

Figura 1. Foto aérea da região nordeste do estado do Mato Grosso, onde é delineado os limites do Parque Indígena do Xingu. Em rosa aparecem as frentes de desmatamento.



Fonte: Embrapa Monitoramento por Satélite

Comparação entre 1985 e hoje:

Pontos de entrada e meios de deslocamento

Uma grande diferença entre estas duas épocas e, em nossa opinião, um dos principais responsáveis por muitas das mudanças culturais ocorridas desde então, foi em relação aos acessos de saída e entrada do Parque.

Quando iniciamos, os únicos meios de acesso ao Parque eram por avião, que aterrisavam nas pistas existentes nos postos dentro do Parque, como o Leonardo, Diauarum, Kretire e PIV (posto de vigilância) e apenas um acesso terrestre, através da BR-80, no norte do Parque, sendo o restante do deslocamento feito por pequenos barcos.

Alguns anos depois de nosso início, em princípios da década de 90, ocorreu a criação dos postos de fronteira em pontos estratégicos nos limites do Parque. Estes postos foram criados para ajudar na fiscalização de invasões por parte de madeireiros, pescadores e posseiros. Nestes postos, famílias de índios passaram a morar (Bezerra, 2001).

Entretanto, o que tinha o objetivo de fiscalizar, acabou por criar também pontos de saída e entrada no Parque. Um dos mais expressivos é o localizado próximo a cidade de Canarana, na parte sudoeste do Parque, junto ao rio Koluene. Por ali, através de estradas de terra que cortam fazendas e mais fazendas, chega-se facilmente a cidade.

Um exemplo da diferença que este posto específico fez, foi em relação ao tempo que as tribos localizadas mais ao sul do parque, como os Yawalapiti, levam no deslocamento de sua aldeia até a cidade mencionada. Antes, eles faziam uma viagem de mais de um dia de barco descendo o rio Xingu, até atingir a BR-80 e de lá faziam uma viagem que podia levar mais de três dias até Brasília, em grande parte por estrada de terra.

Hoje, o percurso por terra leva apenas 3 horas, através do posto de vigilância criado na parte sudeste do Parque, as margens do rio Koluene, que dá acesso a Canarana e a Brasília, perfazendo o percurso total em apenas 1 dia. Note que estamos mensurando o tempo de deslocamento por barco a motor, o que naqueles primeiros dias eram raros, se limitando mais a canoas de madeira e remo, o que aumentava em muito este tempo e trabalho despendido, o que era um fator de desencorajamento para se aventurar a ida à cidade. Além disto, antigamente eles tinham muito medo de ir para a cidade e era até difícil retirar um índio do Parque, quando este necessitava de auxílio médico. Hoje eles saem muito facilmente.

A aquisição de barcos de alumínio com motor se expandiu muito. O que era limitado ao pessoal de apoio, como técnicos, pessoal da equipe da saúde, e dos postos, não existindo em nenhuma das aldeias, passou a ser objeto de aquisição cada vez mais comum, sendo hoje encontrado vários barcos em uma mesma tribo, encurtando as distâncias.

Multiplicaram-se também as pistas de pouso de avião. Como dissemos acima, estas eram limitadas aos postos e ao antigo pelotão da FAB. Atualmente existem aldeias com pistas de pouso, como as aldeias Kamayurá e Kuikuro, além do posto Pavurú, criado posteriormente ao início de nosso trabalho.

O impacto maior que isto acarreta é não apenas na facilidade de locomoção, o que incentiva com que mais pessoas façam a viagem, mas também que acaba por ser uma porta de troca e aquisição grande de mercadorias da cidade, como alimentos, combustível e bens de consumo da cidade, que acabam influenciando na cultura e na saúde indígena.

Língua

Quando começamos a trabalhar no Parque, em meados de 1985, raríssimos eram os índios que falavam o Português. Hoje é raro encontrar quem não o fale, principalmente entre os jovens. Hoje existem escolas nas aldeias, com professor índio, o qual alfabetiza as crianças tanto em sua língua indígena como no português.

Ainda, hoje diversos jovens saem para estudar nas cidades, principalmente Canarana, com pelo menos 55 estudantes. Alguns inclusive estão cursando faculdade. Muitos destes jovens que vão estudar na cidade não estão querendo voltar para a aldeia e quando voltam contestam muito dos costumes de seus pais e avós, não querem fazer roças, rituais, pinturas, não querem participar de festas, entre outras tarefas e hábitos que eram comum aos jovens e que estão diminuindo.

Ornamentos corporais

Um dos costumes praticamente abandonado devido ao contato é a mudança de ornamentos corporais, como o uso do “beijo de pau”, que era comum em determinadas tribos xinguanas e baixo Xingu, como os Suiás e Txucarramaê, o qual é aquele ornamento de madeira colocado para expandir a região abaixo do lábio. Os jovens acham feio, tem vergonha e não querem usar, sendo que alguns que tinham retiraram e fizeram uma pequena cirurgia plástica para retornar a pele ao normal.

O mesmo pode-se dizer em relação ao vestuário. Há duas décadas atrás a maioria não utilizava roupa, hoje poucos são os que não a usam.

Alimentação

A base alimentar deles sempre foi baseada no que eles plantavam, coletavam, pescavam ou caçavam. Gradativamente vem ganhando espaço alimentos industrializados da cidade, como massas, doces, açúcar, refrigerante, entre outros.

Este contato com alimento da cidade tem o impacto primeiro na saúde. A incidência de pessoas com cáries devido ao açúcar vem aumentando e se fez necessidade de campanhas de prevenção, com a distribuição de escovas de dente e creme dental, com orientação sobre higiene bucal.

O aparecimento de casos de índios com diabetes, até então inexistentes, se deve ao desbalanceamento alimentar de alguns indivíduos, que não ocorria na população exatamente porque a alimentação era mais saudável e balanceada.

A incidência de diarreia aumentou consideravelmente após a introdução do óleo industrializado da cidade.

Ainda, a introdução do sal marinho industrial fez surgir casos de índios com hipertensão arterial e derrame (acidente vascular cerebral), resultando inclusive em casos de óbitos.

Ecoturismo

Assim como ocorreu uma facilidade maior de deslocamento dos índios para fora do parque, aumentou também o afluxo de pessoas da cidade para dentro do Parque. Estas pessoas vêm atraídas pelo exótico, pelas festas, curiosidade, estudo, reportagem, entre outros fatores.

Em meados da década de 80, ficávamos as vezes mais de 5 meses sem ver outra pessoa da cidade. Víamos esporadicamente quando algum piloto vinha retirar um doente da aldeia. Era o momento que tínhamos alguma notícia do que estava ocorrendo no mundo fora do Parque. Hoje há uma rotação muito grande de pessoas, alguns inclusive morando dentro do Parque e outras levas que vem em determinadas datas de festividades, sendo muitos estrangeiros e até mesmo autoridades do governo brasileiro e embaixadas estrangeiras.

Este fluxo de pessoas acarreta grandes transformações culturais nas aldeias. Apenas citando alguns:

A introdução do dinheiro: Os turistas chegam querendo levar lembranças. O que antigamente era feito a base de trocas, hoje é feito a base de dinheiro;

Bens de consumo: O turista chega trazendo uma série de utensílios que despertam o interesse do índio, fomentando o interesse do bem de consumo, como lanterna, canivete, linha de nylon, anzol, maquina fotográfica, filmadora, rádio, walkman, rede,....

Mudança em festas e ritos: O turista visita o Parque principalmente atrás de festas, sendo que a mais procurada é a do karup, a qual é a última homenagem da família ao morto. Esta festa ocorre normalmente entre julho e setembro em diversas aldeias do alto Xingu. Neste período, nos dias que antecedem a festa pode haver um certo “congestionamento” de barcos e pessoas da cidade dentro do parque e na aldeia anfitriã.

Nem todas as aldeias que fazem a festa recebem turistas. Hoje, a que mais permite a entrada deste tipo de visitante é a aldeia Kamaiurá, a qual explora economicamente este fato, cobrando uma taxa dos turistas.

O problema que vemos é que quem está pagando muitas vezes não tem a consciência de onde está entrando e como deve se comportar, sendo que alguns muitas vezes pensam que se estão pagando tem mais que desfrutar, encarando o índio como um bem de consumo, não se importando se seu comportamento está influenciando ou não naquela cultura. Muitos turistas inclusive pensam que ali é uma área livre, onde tudo pode, praticando o nudismo, por exemplo, o que deixa os próprios índios encabulados.

Como o dinheiro arrecadado permite que eles comprem bens de consumo almejados, um ciclo vicioso acaba se formando, onde cada vez mais espaço eles vão abrindo para novos turistas.

Isto acaba influenciando em muito no dia a dia das pessoas da aldeia. Os jovens muitas vezes ficam iludidos com as histórias trazidas pelos visitantes e os bens que estes trazem consigo, o que fomenta o sonho de se conhecer a cidade.

Ainda, o aporte grande de turistas causa problemas logísticos e ambientais. É um maior movimento de barcos poluindo as águas; é um maior volume de peixes que os índios tem que pescar para poder alimentar os visitantes, causando pressão na população

de peixes da região, que segundo relato dos próprios índios, vem diminuindo e ficando cada vez mais difícil de arranjar; é pressão ambiental em relação aos dejetos deixados pelos turistas, tanto fisiológicos como do lixo industrializado, que antes não existia, causando poluição ao ambiente, principalmente plástico e pilhas, as quais levam muito tempo para se decompor e contaminam com metais pesados o solo; é o resíduo de protetor solar e repelente de insetos que acabam sendo deixados na lagoa ou rio na hora do banho, contaminando a água que os índios bebem e os próprios peixes; é uma doença que o turista passa para o índio, entre outros fatores.

Isto nos deixa alerta, pois, além desta etnia estar utilizando determinadas festas e rituais como fonte de divisas, o que em parte é inevitável devido a demanda, o problema maior é estarem descaracterizando-a, pois aí a cultura deles também começa a ficar comprometida, pois o que tinha um sentido, uma razão do porque estar sendo realizada, no caso espiritual, agora tem também outra função menos nobre, o de angariar fundos. Esperamos que no futuro esta última função não passe a ser a única função/ objetivo da festa.

Televisão

Dissemos nos itens anteriores que o contato do índio com a cidade vem crescendo, seja pelo contato direto do índio com a cidade, seja pelo afluxo de turistas e pesquisadores, o que vem influenciando na cultura destas populações do Parque. Entretanto, mesmo que estes meios de contato fossem cortados de uma hora para outra, outro meio muito influente chegou nos últimos anos, vindo pelo ar, que é a televisão.

Quando iniciamos, nosso contato com a nossa “civilização” da cidade eram as notícias e música que chegavam pelos radinhos, principalmente através da rádio nacional da Amazônia. Aos poucos foram chegando as antenas parabólicas e televisores trazendo som, imagem, notícias e uma “cultura” nova. Limitadas primeiramente aos postos, aos poucos foram penetrando nas aldeias, onde a primeira a introduzir a novidade foi a aldeia Yawalapiti, no início dos anos 90. Hoje é comum haver pelo menos uma antena parabólica com televisor movido a gerador a diesel, em algumas das aldeias, principalmente aquelas que possuem alguma fonte de divisas, através da venda de artesanatos, por exemplo, como ocorre em determinadas aldeias do Alto Xingu. E se há

um jogo de futebol, principalmente da seleção brasileira, ela estará ligada, a menos que esteja quebrada ou esteja faltando diesel para o gerador.

Existem estudos e discussão ferrenha do impacto da televisão para a nossa própria sociedade, desde modo, o impacto desta tecnologia para a sociedade indígena é ainda maior, seja ela positiva ou negativa. Apenas como registro, tivemos a oportunidade de ver como este meio hipnotiza as pessoas dentro das aldeias, principalmente as crianças. Um exemplo disto ocorre no momento dos intervalos comerciais dos programas. Como a recepção se dá por antena parabólica, somente os comerciais de difusão em rede nacional é que são transmitidos e captados pelos televisores, sendo que nos comerciais das redes locais a tela fica preta, sem imagem nem som. O incrível é que, mesmo nestes momentos de “vácuo”, todos permanecem voltados para o televisor, em silêncio, esperando a imagem e som retornarem.

Ou seja, a noite nas aldeias onde o costume era de os mais velhos contarem histórias aprendidas e vividas para as crianças e jovens, acaba sendo substituídas por noites com poucas conversas e personagens de novelas, jogos de futebol e filmes, fazendo com que a própria história fique mais relegada ao descaso, infelizmente.

Considerações Finais

Todas as populações/ culturas humanas estão em constante mudança, evolução, algumas com um ritmo mais lento de mudanças e outras mais rápidas. Este ritmo também muda ao longo da história de uma mesma população, onde pode haver períodos de mudanças relativamente imperceptíveis e outros bem rápidos. O que esperamos é que estas mudanças que estão ocorrendo não acabem por descaracterizar no futuro a própria cultura deles, como, infelizmente, repetidas vezes já ocorreram com diversas culturas indígenas nos últimos 500 anos de nossa história.

O contato com a cidade já ocorreu e o retorno às condições anteriores é impossível. Como qualquer ser humano, eles também possuem aspirações, desejos. Eles também querem obter ferramentas que facilitem o trabalho deles, como por exemplo serra elétrica para abrir áreas da mata para fazer roça, ao invés de usarem o machado de pedra, que consumia muito labor e pouco rendimento. Eles querem se deslocar mais rapidamente, seja por barco a motor, seja com bicicleta, cortando as trilhas e diminuindo o tempo de

transito. Eles querem pescar mais facilmente, o que o uso de arpão, nadadeira e máscara de mergulho permite a maior precisão. Eles querem carregar menos peso nas costas, o que a panela de alumínio para pegar água do rio alivia em muito a carga que as panelas de cerâmica impunham ao dorso das mulheres, além das primeiras não quebrarem. Eles querem receber alívio de dores e doenças, o que a medicina da cidade se soma às práticas medicinais tradicionais destas culturas. Eles querem aprender português e matemática para no momento que forem para a cidade não serem enganados pelos comerciantes, entre diversas outras coisas.

Eles querem muitas coisas, como é natural a qualquer ser humano. O que eles mesmos terão que descobrir e optar é qual a dose de absorção da cultura da cidade eles estão a fim de “anexar”, para não correrem o risco de se inundarem com valores e bens da cidade em demasia e deixarem de lado valores e costumes ancestrais, se descaracterizando, se tornando mais uma pobre população com uma ascendência cultural indígena e que acabou perdendo sua própria identidade cultural, vivendo no limbo de outras culturas.

Felizmente eles ainda mantêm grande parte de sua cultura tradicional e nossos votos são para que estas populações culturalmente e moralmente tão ricas e lindas encontrem seu ponto de equilíbrio e possam influir e ensinar às suas gerações futuras, e as nossas, sua própria história.

Ainda, esperamos que o crescimento desordenado que vem ocorrendo nas áreas ao redor do parque seja mais bem discutido dentro das políticas públicas daquele estado e municípios, para que a nossa influência seja mais harmoniosa e menos danosa às populações que vivem dentro do Parque e ao ecossistema, o qual como mostrado na foto de satélite, não está sendo poupado, fazendo com que, se não forem tomadas providências sérias e a curto prazo, o parque será uma ilha de preservação da vegetação natural da região, tendo a vegetação ao redor toda ela sido substituída.

Referências Bibliográficas

BEZERRA, S. M. **Historia da administração do Parque Indígena do Xingu- Megaron – Txucarramaê**. 2001. Monografia (Conclusão do bacharelado em Ciência Social) - Universidade Católica de Goiás, Goiânia..

FERREIRA, M. K. L. **Histórias do Xingu**. São Paulo: NHII/USP e FAPESP, 1994. 239 p.

MELATTI, J. C. **Índios da América do Sul** : áreas etnográficas. Brasília: UnB, 1998. v. E, p. 17-23.

NOVAES, W. **Xingu**: uma flecha no coração. São Paulo: Brasiliense, 1985. 311 p.

STEINEN, K. **O Brasil Central**: expedição em 1884 para a exploração do rio Xingu. São Paulo: Campanhia Editora Nacional, 1942. (Brasiliana, série extra, 3).

VILAS BOAS, O.; VILAS BOAS, C. **Xingu**: os índios, seus mitos. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. 211 p.

VILAS BOAS, O.; VILAS BOAS, C. **A marcha para o oeste**. São Paulo Globo, 1994. 615 p.